

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL:

A gênese dos mutirões autogestionários em São Paulo, um panorama histórico

Prof.º. Me. Jorge Paulino

RESUMO

O presente artigo apresenta um panorama histórico sobre a questão da habitação no Brasil, localizando neste quadro a gênese da produção de habitação por mutirão com autogestão. Pretende-se também apontar as suas origens enquanto política alternativa de habitação até a qualificação de mutirões autogestionários, destacando o programa de habitação da PMSP na gestão da prefeita Luiza Erundina, chamado FUNAPS – Comunitário que compreendemos como programa habitacional modelo para conjugar arquitetura de qualidade, baixo custo e participação popular.

Palavras chave: Habitação social. Política habitacional. Mutirão. Autogestão

ABSTRACT

The present article presents a historical overview on the issue of housing in Brazil, locating in this context the genesis of housing production by self - management. It is also intended to point out its origins as an alternative housing policy up to the qualification of self-managed joint effort, highlighting the PMSP housing program in the management of the mayor Luiza Erundina, called FUNAPS - Community that we understand as a model housing program to combine quality architecture, Low cost and popular participation.

Key words: Social housing. Housing policy. Joint effort. Self-management

Introdução

O conteúdo deste artigo teve como base um trabalho acadêmico elaborado como trabalho programado para qualificação do Mestrado na área do Habitat, na FAU-USP em 2007. Deste modo ele é datado, como toda produção acadêmica é por natureza. Entretanto,

penso que, enquanto narrativa histórica, ele tem pertinência e atualidade, quesitos necessários para expô-lo aqui.

A Questão da habitação: Problematização geral

A moradia constitui-se em uma das necessidades básicas do ser humano e entre os direitos humanos, - direitos que permitem e garante, por parte dos indivíduos, o desenvolvimento pleno das suas potencialidades-, o direito à habitação, como ressaltam vários instrumentos normativos, tratados e convenções internacionais, tornou-se um direito fundamenTal do cidadão.

Entretanto, por se tratar de um bem nos marcos da economia capitalista, torna-se mercadoria, produto que se compra e vende no mercado. Uma mercadoria singular, que se diferencia das outras mercadorias pelo maior tempo envolvido na realização do ciclo normal do capital investido, (dinheiro-mercadoria-dinheiro / D-M-D'), pela necessidade de um suporte espacial - a terra- e fundamentalmente pela questão da propriedade privada.

Diante da complexidade envolvida na produção desta mercadoria singular e seu alto custo, torna-se difícil o acesso a moradia por parte da população de baixa renda pela via do mercado imobiliário, desta forma o Estado passa a ser um agente importante para regular e viabilizar a produção e o consumo da habitação.

Neste sentido a questão da habitação passa a ser um problema na medida em que se consolida a sociedade urbana industrial capitalista no século XIX, onde o surto de uma urbanização acelerada que se seguiu ao processo de industrialização nas principais cidades européias provocou uma forte concentração de pessoas em péssimas condições de vida e moradia.

A intensa agitação e mobilização dos trabalhadores neste período, em busca de melhores condições de trabalho e remunerações somadas às condições precárias de moradia provocam as primeiras tentativas de solucionar o problema. Por outro lado, o tema passa a ser objeto de preocupação de muitos intelectuais e origina os primeiros estudos sobre o urbano, gênese do urbanismo como ciência humana. Era um momento de grandes transformações econômicas, políticas e sociais, em que se confundiam propostas de

características reformistas, filantrópicas e utópicas, visando " *corrigir os males da cidade industrial*", nas palavras de Benévolo.

Estas iniciativas, porém, não atingiam a essência do problema, pois atuavam dentro dos limites do sistema capitalista. Eram soluções paliativas que obscureciam o fato de que a " *crise de moradia é estrutural no capitalismo*", nas palavras de Engels, no seu célebre estudo sobre a questão.

A questão da Habitação no Brasil

Quanto à questão no Brasil, a habitação passou a ser um problema com a emergência do trabalho livre, em um período de grandes transformações engendradas pela transição de uma economia rural escravocrata para uma de caráter urbano e liberal, tendo como marco deste processo a transformação da propriedade da terra em mercadoria, "... *isto é, terra que se compra e se vende em bases contratuais de mercado*", com a absolutização da propriedade fundiária, na aprovação da lei de Terras, em 1850. (SMITH. 1990 e MARICATO. 1997)

Este processo, juntamente com a abolição dos escravos em 1888, define um redirecionamento das relações de produção apontando, com o fim do padrão de acumulação escravista e a implementação do trabalho livre, a direção para um novo padrão, agora essencialmente de caráter capitalista.

Esta combinação de escravos recém "libertos", (inclusive da terra) e imigrantes recém-chegados, distribuídos entre as lavouras de café e os embriões de indústrias nas grandes cidades, provocam demandas de habitação, transporte, infraestrutura, entre outras que dizem respeito a vida nas cidades.

As condições de trabalho, de vida e moradia, entretanto, eram as piores possíveis neste período, porém os movimentos de luta, organização e resistência dos trabalhadores já se faziam presentes, como pode ser visto em vários estudos realizados sobre o tema.

As soluções propostas pelo Estado Republicano então nascente, através de suas políticas de saneamento, saúde pública e reforma urbana, vão delineando o projeto de cidade das classes dominantes que proclamaram a república. Projeto este baseado na segregação espacial e no controle social sobre os trabalhadores, cujo discurso positivista de

ordem e progresso combinava-se com o da modernização e embelezamento no modelo da reforma de Paris de Haussmann, adaptado à nossa condição periférica. É um período onde os problemas sociais são vistos como "caso de polícia". (1)

Do início do século até a década de 40, o Estado ainda não fora chamado a intervir na questão da habitação, pelo menos no que diz respeito a sua provisão. Algumas indústrias buscavam então, "resolver" o problema de moradia da sua mão de obra, relativamente escassa, através da construção de vilas operárias. O fornecimento de moradias pela própria empresa não se constituía em uma ação filantrópica, mas sim em uma necessidade do capital, em diminuir as despesas dos operários com sua reprodução, facilitando com isso o rebaixamento dos salários, além de exercer um maior controle sobre os seus trabalhadores além dos muros das fábricas. Contudo, estas experiências não foram significativas para o período, pois eram em um número reduzido e insignificante. (BLAY. 1980 E 1985)

O padrão de moradia popular predominante deste período foram os cortiços e as moradias de aluguel, definindo uma produção privada significativa, de caráter rentista, que permanece como forma padrão até a década de 1940.

Este padrão se esgota com o novo regime de acumulação que se instalou no país a partir da década de 30. Este período foi marcado por: profundas transformações políticas e econômicas, por uma redefinição do papel do Estado e por uma intensificação dos processos de industrialização e urbanização. E muito embora a população urbana não fosse ainda predominante no Brasil, ocorre um acentuado crescimento demográfico em muitas cidades, sobretudo de trabalhadores em busca de emprego gerando um excedente que vai se constituir em um grande exército de reserva de mão de obra industrial.

Neste quadro conjuntural, o capital transfere para o Estado parte do custo de reprodução da força de trabalho, fundamentalmente o da moradia. O Estado passa então a assumir este papel, intervindo através de políticas que visavam atender principalmente a duas estratégias distintas: a primeira no sentido de *"direcionar a economia para a criação de um novo e mais dinâmico modo de acumulação, baseado numa estrutura urbano-industrial"*, utilizando as palavras de Bonduki. E a outra procurando manter e legitimar a ordem social necessária para instalação deste novo regime de acumulação, que trazia em seu bojo, uma piora nas condições de vida; com redução dos níveis salariais, um forte

controle social através do disciplinamento da mão de obra e uma rígida regulação no mundo do trabalho. Tudo isso para facilitar a implementação de um parque industrial que alavancasse o desenvolvimento do país.

Foi assim com esta natureza ambígua, de ser ao mesmo tempo instrumento da política econômica e elemento ideológico de legitimação do regime e de controle social, que o estado brasileiro formulou suas políticas habitacionais. Desde uma política de regulação dos aluguéis, como foi a Lei do Inquilinato de 1942 - que inclusive marcou um ponto de inflexão na produção imobiliária, com a passagem de um padrão de produção rentista e suas casas de aluguel para outro padrão: o da casa própria -, até as políticas de provisão dos IAPs e da Fundação da Casa Popular.

No desenvolvimento e consolidação deste novo padrão, da casa própria, vimos emergir dois processos que vão caminhar juntos, como que combinados, no cenário urbano: a produção estatal e autoprodução popular.

As experiências por parte do Estado partiram do governo Vargas, através da produção dos IAPs e da Fundação da Casa Popular e, segundo vários estudos, estas intervenções não lograram êxito no que diz respeito a solucionar a crise de moradias. No entanto, atenderam bem as estratégias a que estavam voltadas: redução do custo de reprodução da força de trabalho com o conseqüente rebaixamento dos salários, consolidação da ideologia da casa própria e legitimação do regime

Sem dúvida, o sonho da casa própria se transformou em um grande componente ideológico de sustentação do sistema capitalista e de defesa da propriedade privada, servindo inclusive como instrumento de controle e cooptação dos trabalhadores.

O modelo desenvolvimentista dos anos de 1950 teve por base a indústria de bens duráveis com um poderoso setor automobilístico dinamizando o desenvolvimento econômico do país. Este modelo gerado em 1930, mas que se consolidou neste período, se caracterizou por um processo de industrialização por substituição de importações, estatização, urbanização, aumento da taxa de crescimento da população, formação de uma classe de empresários industriais e de uma classe de operários industriais e trabalhadores urbanos significativa, promovendo também um aumento da renda "per capita " e dos padrões de consumo. Todavia, outros aspectos estruturais, negativos do ponto de vista

social permaneceram inalterados, como o processo inflacionário, a manutenção dos desequilíbrios regionais, a estrutura agrária e o quadro de distribuição de renda que privilegiava uma minoria.

O esgotamento deste modelo, no início dos anos 60, trouxe novamente uma conjuntura de crise ao país. Crise econômica, política e social que resultou no golpe militar de 1964. Com ele vamos assistir algumas mudanças significativas na política habitacional.

Seguindo a mesma fórmula do populismo, mas com um aparato institucional maior, o regime militar cria o Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional da Habitação, que dentro do processo evolutivo da política habitacional, representou uma grande inovação, fundamentalmente pelo "pacote" de medidas que acompanhou a sua criação e desenvolvimento; como o sistema de correção monetária, de captação de recursos via SBPE e FGTS, entre outras; que alteraram profundamente vários aspectos da economia no país.

Contudo, na sua trajetória cheia de variações e mudanças de rumo, o modelo do SFH/BNH, mesmo com uma produção significativa de aproximadamente 4 milhões de moradias, não conseguiu atender as camadas populares, demanda prioritária pela qual foi criado. O balanço desta política é bastante negativo do ponto de vista social, como pode ser visto em vários estudos. (MARICATO.1984,19951997, PERUZZO.1984, AZEVEDO e ANDRADE.1982, BOLAFFI.1980 e 1982, MELO.1993, entre outros.).

Um diagnóstico dos principais problemas desta política pode ser resumido nos seguintes pontos:

- *A não vinculação da política habitacional às políticas de desenvolvimento urbano;*
- *Articulação inadequada com Estados e Municípios;*
- *Centralização de planejamento e execução;*
- *Rigidez da estratégia de ataque ao "déficit" habitacional;*
- *Inadequado perfil social das realizações habitacionais;*
- *Deficiência nos controles dos custos e da qualidade das obras financiadas;*
- *Ausência de participação dos beneficiários finais e*
- *Vulnerabilidade à conjuntura econômica, entre outros.*

(GTR/SFH. 1985)

Os elementos críticos elencados podem ser verificados nas análises das intervenções realizadas pelos seus programas que, além de inócuas, foram predatórias ao desenvolvimento urbano local e ao meio ambiente. Conjuntos habitacionais mal localizados, distantes dos centros urbanos, obrigando a extensão da infraestrutura e do transporte coletivo, favorecendo a especulação imobiliária, isso sem contar com o descaso com projetos urbanístico e das tipologias, criando um padrão que se repetia ignorando a diversidade topográfica, os diversos sítios naturais e as particularidades culturais existentes no território nacional.

Ademais, os seus investimentos favoreceram majoritariamente as classes médias e altas, contribuindo assim para aprofundar a concentração de renda, pois parcela significativa da sua receita vinha da classe trabalhadora via FGTS.

Diante deste quadro, a classe trabalhadora se viu forçada a montar suas estratégias de sobrevivência e reprodução nas cidades, seguindo as poucas possibilidades que lhes restaram. Fora do mercado de capital privado, pelos seus baixos salários e fora também do atendimento do Estado, que como já vimos, atendia aos interesses da acumulação privada, as alternativas de moradias então, variavam do trinômio loteamento periférico/ autoconstrução/casa própria, às favelas e cortiços. Assim, com o ônus de resolver a questão da sua reprodução, as classes populares exploradas no mundo do trabalho e espoliadas no espaço do seu viver, fizeram surgir na paisagem das grandes cidades um arremedo de vida urbana, aonde impera a segregação, a violência, a falta de infraestrutura e saneamento, a clandestinidade e ilegalidade frente à legislação urbanística e toda forma de exclusão enfim. (KOWARICK. 1983. MARICATO. 1995).

A história da autoprodução popular de moradias é a história da formação das favelas, dos loteamentos periféricos e clandestinos, das invasões de terra entre outras estratégias traçadas pelas classes populares. É uma história de resistência e de muitas lutas. (BRANT.1989. MARICATO. 1982. VALLADARES.1980.1983. KOWARICK.1983.1985)

Nos finais da década de 70, há um esgotamento deste padrão loteamento periférico/autoconstrução, pela diminuição da oferta de terrenos dada as restrições estabelecidas pela lei Lechman, associada a outros fatores decorrentes da crise econômica

que toma conta do país, como o desemprego e a recessão. Com isso, a década de 80 é marcada por um intenso crescimento da população favelada, de moradores de cortiços e de ocupações de terra organizadas.

Quanto a provisão de moradia por parte do Estado neste período, após a agonia sofrida em consequência dos altos e baixos da economia, ocorre em 1986, a extinção do BNH, não sem antes ter se tentado várias mudanças de rumo na sua política. É o fim de um ciclo e possivelmente mais *"uma demonstração evidente de que o problema da habitação não é prioridade no país"*. (SAMPAIO 1990).

Os anos de regime militar conheceram também um período de prosperidade econômica, conhecido como o do "milagre econômico". Estruturado na aliança da tecnoburocracia governamental com grandes empresas multinacionais, e baseado em uma forte concentração de renda e na marginalização permanente de grande parte da população, atingiu seu auge em 1973, entrando depois em um período de declínio que culmina com a grande recessão do início dos anos 80.

Este modelo econômico, altamente dependente de capital externo e altamente excludente do ponto de vista social, engendrou profundas transformações políticas, econômicas e sociais no país. A consolidação dos grandes centros urbanos, com grandes aglomerados humanos, contribui para o desenvolvimento desta nova etapa do capitalismo no Brasil. Ademais, como já se disse, o seu caráter excludente implicou, nas palavras de José Álvaro Moisés:

...na ativação de mecanismos de super exploração da força de trabalho e na minimização da participação privada e, em particular, do Estado nos custos de reprodução desta força de trabalho. Essa incapacidade do Estado, gerada pelas raízes de classe de sua gestão dos serviços de consumo coletivo, criou as condições para que surgissem, entre as classes populares dos grandes centros urbanos, os movimentos de reivindicação de serviços sociais urbanos, cuja carência afetava as condições de sobrevivência na metrópole. (MOISÉS. 1985)

Neste contexto de crise econômica, política e social, que emergiram vários movimentos populares de luta, por melhores condições de vida e trabalho, os chamados movimentos sociais urbanos. Como escreveu Eder Sader, era o momento *"Quando novos atores entraram em cena"*.

Inicialmente movimentos de contestação e protesto, base de resistência contra a ditadura e que no seu desenvolvimento, foram se constituindo em alicerces de uma luta mais ampla pela redemocratização do Estado. Vários estudiosos se debruçaram para analisá-los e defini-los na sua diversidade. Demonstraram sua importância ao revelarem as contradições urbanas geradas pelo modelo de desenvolvimento imposto e apontaram também suas limitações, advindas de uma expectativa muito grande quanto ao caráter destes movimentos, tendo neste sentido uma vasta literatura. (SINGER E BRANT.1980, JACOBI.1983, KOWARICK.1988, MOISÉS.1985, TELLES.1988, CACCIA BAVA.1988)

No bojo deste processo de retomada das lutas sociais e intensa mobilização popular emergiram também os movimentos de luta por moradia. A diversidade destes movimentos quanto as suas origens, objetivos e trajetórias de lutas pode ser observada no trabalho de Maria da Glória Gohn, que elaborou um estudo aprofundado do tema, contemplando um histórico da luta por moradia em São Paulo. (GOHN. 1988)

Estes grupos, denominados genericamente de Movimento dos Sem Terra, se originaram das ocupações de terra urbana, com o apoio da ala progressista da Igreja Católica, foram construindo nas suas lutas, parcerias com entidades não governamentais, acadêmicas e religiosas. E nestas parcerias, com envolvimento de técnicos e intelectuais comprometidos com suas lutas, foram formulando propostas que apontavam na direção de políticas públicas alternativas com participação popular. É em meio a estas propostas que surgem as primeiras experiências de produção de moradias por mutirão qualificadas de autogestonários.

A origem dos mutirões habitacionais com autogestão

A novidade trazida por estas experiências estava na proposta de autogestão do empreendimento por parte da população organizada e, muito embora as conotações dadas a esta palavra variem bastante quanto às perspectivas de cada um dos participantes deste processo, elas se unificam no princípio da descentralização da gestão e dos recursos para construção das casas. A população organizada se constituía juridicamente em Associações de Construção Comunitária, que funcionavam como agentes promotores dos empreendimentos, buscando terrenos, realizando contratos de financiamento com o poder

público, contratando escritórios de assessorias técnicas autônomas para elaboração dos projetos e acompanhamento técnico das obras. Tendo como modelo, as cooperativas habitacionais por ajuda mútua do Uruguai, onde os mutirões já eram uma realidade desde os anos 60. Um relato preciso desta história pode ser visto com detalhes em vários estudos. (BONDUKI. 1987. REINACH. 1985)

A adoção de programas alternativos de habitação popular já era uma realidade desde o início dos anos 80, tanto no âmbito nacional, desenvolvidos através de recursos do BNH, como na esfera de governos estaduais e municipais. Programas pilotos ou experimentais de urbanização de favelas, autoconstrução e mutirão, entre outros, já não se constituíam em novidades em termos de políticas públicas. Como exemplo pode-se citar o programa PROMORAR, criado em 1979 pelo BNH, voltado para urbanização de favelas e o programa JOÃO DE BARRO, de 1983, destinado a financiar a autoconstrução. No entanto, estas iniciativas foram tímidas, quando não inócuas, frente à dimensão do problema.

E mesmo com o fim do BNH, em 1986, o governo procura ainda soluções alternativas, pressionado pela crescente mobilização popular em torno do problema, mas como analisado por Maricato, com realizações pouco eficazes:

... o governo federal ensaia programas alternativos de habitação como o Programa Nacional de Mutirões habitacionais, implementado pela SEHAC, uma secretaria especial ligada à presidência da república, com recursos orçamentários. No mesmo período foi implantado o programa Fala Favela, de 1987 a 1989. Extremamente assistencialista, clientelista, e com frágil acompanhamento técnico e financeiro, os programas do SEHAC só não representaram um desastre maior porque os recursos eram muito escassos. (MARICATO. 1995)

No início de 1990 novos programas de caráter alternativos, no âmbito do governo federal, foram criados como o MORAR MUNICIPIO e HABITAR BRASIL, ambos de 1993, entre outros que surgiram na esfera dos estados.

Como podemos observar, a prática do mutirão - entendido como um processo de trabalho baseado na cooperação ou ajuda mútua e no estímulo a solidariedade, de origem e

caráter rural -, surge no cenário urbano, enquanto política pública, em meio à crise do SFH/BNH, na década de 80, como uma alternativa para produção de habitação. No entanto, programas alternativos baseados no princípio do self-help (ajuda mútua ou mutirão), já existiam pelo menos desde a década de 60 em vários países, como pode ser visto em um estudo de Lícia Valadares:

... tais programas vêm sendo implementados em várias partes do mundo, notadamente na Ásia, no Oriente Médio, na África e na América Latina. Um primeiro levantamento realizado em 1974 já registrava a adoção de tais experiências em pelo menos 27 países diferentes. (VALLADARES. 1985)

Estas experiências pilotos, realizadas principalmente em São Paulo serviram de modelo de referência para formulação de programas alternativos, entre eles o do FUNAPS COMUNITÁRIO, implementado pela Prefeitura de São Paulo, na administração de Luiza Erundina, de 1989 a 1992. (2). Foi o programa de habitação por mutirão mais exitoso, importante e significativo do período. Não somente pela escala das intervenções, próximas a 100 conjuntos e 12.000 unidades, entre projetos e obras no final da gestão ou pela qualidade técnica e arquitetônica dos conjuntos ou pelos baixos custos deste empreendimento. Mas sobretudo porque foi através dela que a proposta de mutirão deu um salto qualitativo e passou a ser visto não somente como uma proposta alternativa, mas sim como uma proposta eficaz e que figuram nas mais variadas agendas e programas de governo para enfrentar o problema da moradia, figurando também nas recomendações e diretrizes dos órgãos de cooperação internacional, como na escolha destas experiências como um dos modelos de política urbana, conferida no encontro do Habitat II, em Istambul em 1997.

Apesar de ser apenas mais um programa dentro da política habitacional da Prefeitura de São Paulo que buscava equacionar, de forma mais ampla, a complexa realidade do problema da habitação popular em São Paulo, ela veio a se tornar no elemento central da política habitacional do município na década de 1990.

Multiplicaram-se as experiências, a população organizada se estruturou em associações comunitárias para realizar convênios, várias entidades de assessoria técnica surgiram no bojo deste processo, todo o movimento convergiu a questão da habitação para

o mutirão e a autogestão. Podemos afirmar seguramente que este programa contribuiu de forma decisiva na consolidação, no seio do movimento, da ideia do mutirão com autogestão, juntando em torno desta proposta movimentos de trajetórias distintas, ainda que já houvesse certa unificação em torno dela entre os movimentos dos sem-terra da Zona Leste, com uma trajetória de lutas na base de ações diretas com ocupações de terra, aos movimentos da Zona Sul, que aguardavam uma continuidade dos seus projetos autogestionários paralisados na administração anterior. Essa unificação resultou em uma grande articulação dos movimentos, no ano de 89, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, (UMM).

A autogestão se tornou então, a palavra de ordem do movimento e com base nela foi se estruturando não somente as articulações políticas, como também as negociações com o poder público, na elaboração de propostas políticas mais amplas como foram a proposta de Lei de Iniciativa Popular do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP), à Lei N. 9.142 que dispõe sobre o financiamento e o desenvolvimento de programas habitacionais estabelecendo que parcelas dos recursos do Fundo de Financiamento e Investimento do Estado sejam para os programas de mutirões, elaborada pelo legislativo de SP.

A organização dos trabalhadores sem-terra na construção de casas populares sob o regime de mutirão e autogestão foi a mola propulsora para a concretização do primeiro projeto de Lei de iniciativa Popular do país, que cria o FNMP. Este avanço e segurança... levou os movimentos de moradia do Brasil a pensarem em algo mais permanente, garantido por lei. (PALUMBO. 1992)

Impulsionados pelas experiências do Funaps- Comunitário, o movimento conquistou ainda, junto ao governo do Estado, em 92 um protocolo de intenções garantindo financiamento para alguns projetos pontuais. Este compromisso viria se tornar depois o programa estadual de Mutirões da CDHU em 1995, intitulado de Programa Paulista de Mutirão e Autogestão.

Durante os governos Maluf-Pitta, de 1993 a 2000, houve um verdadeiro desmonte do programa de habitação por mutirão do município. Atrasos nas verbas comprometiam o andamento das obras, em outros entraves casuísticos que provocaram a paralisação de

muitos empreendimentos. O programa só foi retomado no governo Marta em 2001, agora sob o controle da COHAB; entretanto a conjuntura era muito diferente e a proposta original já tinha perdido a sua força.

Em 2009, no âmbito do governo federal, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com objetivos amplos, para além da produção e consumo de moradias. E dentro deste programa mais amplo, foi criado um subprograma denominado Minha Casa Minha Vida- Entidades, ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, atendendo a demanda e a pressão dos movimentos de moradia, estimulando a produção de moradia através de formas cooperativas ou associativas na modalidade dos mutirões com autogestão, resgatando experiências positivas de produção alternativa de habitação. Uma análise deste processo requer outro estudo.

Notas:

1. "A questão social é um caso de polícia"- Frase atribuída a Washington Luis, secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo nos anos de 1906/1911. Foi também governador do Estado ainda na Primeira República.

2- FUNAPS – Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal, criando em 1986, no governo de Jânio Quadros, e desdobrado em 1990 em um outro fundo denominado FUNPAS Comunitário voltado especificamente para atender os empreendimentos autogestionários.

Referências

- ANT, Clara e KOWARICK, Lúcio - "Cem anos de promiscuidade: O cortiço na cidade de São Paulo". in. "As Lutas Sociais e a Cidade". Editora Paz e Terra.1988
- AZEVEDO, Sergio de e ANDRADE, Luiz Gama de - " Habitação e Poder". Edit. Zahar.1982
- BLAY, Eva Alterman- " Dormitório e Vilas Operárias: O trabalhador no espaço urbano brasileiro". in "Habitação em questão" organ. Lícia do Prado Valladares. Edit. Zahar.1980
- BLAY, Eva Alterman - " Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo". Edit. Nobel .1985
- BOLAFFI, Gabriel- "Habitação e Urbanismo- o Problema e o Falso Problema". in "A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial". Ermínia Maricato (org.). Edit. Alfa Ômega.1982
- BONDUKI, Nabil G.- "Construindo Territórios da Utopia". Dissert. de mestrado apresentada à FAUUSP .1987.

- BONDUKI, Nabil G. - " Origens da Habitação Social no Brasil: O caso de São Paulo". Tese de Doutorado apresentada à FAUUSP.1995
- CARDOSO, Luis Reinaldo de A.- " Construção Habitacional por Mutirão-Característica, Gerenciamento e Custos". Dissertação de mestrado apresentada à POLI.1993.
- ENGELLS, F.- " A questão da habitação". Edit. Acadêmica. 1988.
- GOHN, Maria da Glória M. - " Movimentos sociais e luta por moradia". Editora Loyola.1991
- GOHN, Maria da Glória M.- " Movimentos Populares Urbanos: elementos teórico-práticos e projetos políticos".in: Revista Sinopses n.10. FAUUSP. 1987
- GOHN, Maria da Glória M. - " O trabalho de assessoria dos arquitetos aos movimentos populares", in: revista Sinopse n.11. FAUUSP. 1988
- JACOBI, Pedro e NUNES, Edison- " Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia". In: Cidade, Povo e Poder". Vários. Edit.Paz e Terra e Cedec.RJ.1985
- KAUPATEZ, Ros Mary Z. e REINACH, Henrique de Castro- " Projeto Vila Nova Cachoeirinha- a participação da população na produção de moradias"in "Tecnologia de Edificações"Edit. Pini/IPT. Coletânea de trabalhos. 1988
- KOWARICK, Lúcio (organiz.) - "As lutas sociais e a cidade". Colet. de textos. Edit. Paz e Terra. 1988.
- KOWARICK, Lúcio- "A Espoliação Urbana". Edit.Paz e Terra.1983 (2 eds.)
- MARICATO, Ermínia (organiz.) - "A Produção capitalista da casa e da cidade no Brasil Industrial" Coletânea de textos. Edit. Alfa Omega,1982. (2ed.)
- MARICATO, Ermínia, FINGERMAN, L. e CALAZANS, José F.- "Formação e prática profissional do arquiteto - três experiências em participação comunitária"- in Rev. Espaço e Debates n. 8 NERU/Cortez.1983
- MARICATO, Ermínia - " O Urbanismo na Periferia do Capitalismo: Desenvolvimento da Desigualdade e Contravenção Sistemática". (mimeo). FAUUSP. 1994
- MELO, Marcus André B.C. de - " Políticas Públicas e habitação Popular: Continuidade e Ruptura,1979/1988. Univ. Federal de Pernambuco. (mimeo).1993
- MOISÉS, José Álvaro- "O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais". In: Cidade, Povo e Poder". Vários.Edit. Paz e Terra e Cedec.RJ.1985
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. e PECHMAN, Robert M.- "O que é Questão da Moradia". Edit. Brasiliense.col.Primeiros Passos.n.65- 1985.
- ROLNIK, Raquel- " São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política".in: As lutas sociais e a cidade. Organiz. Lúcio Kowarick. Edit. Paz e Terra.1988
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de- "Habitação popular nos Anos 80: Inventário da Produção Acadêmica". in revista Sinopses n.14. FAUUSP.1990.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinicius C.- " São Paulo: o Povo em movimento"- Vozes/Cebrap.1980
- SMITH, Roberto - "Propriedade da Terra e Transição: Estudo da Formação da Propriedade Privada da terra e Transição para o Capitalismo no Brasil." Edit. Brasiliense.1990
- TELLES, Vera da Silva- "Anos 70: Experiências,Práticas e Espaço político".In As Lutas Sociais e a Cidade. Edit.Paz e terra.RJ.1988
- VALLADARES, Licia do Prado (organiz.)- "Repensando a Habitação no Brasil".Edit. Zahar.1983.
- VALLADARES, Licia do Prado (organiz.)- " Habitação em Questão". Edit. Zahar.1980
- VILLAÇA, Flávio - " O que todo cidadão precisa saber sobre habitação". Edit. Global.1986

Periódicos, documentos, revistas:

PROPOSTA - "Mutirões habitacionais- da casa à cidadania". (Vários) in Revista Proposta n.35. FASE. Set.1987.

FASE/ U.M.M.-SP- " Direito a Moradia: uma contribuição para o debate". (Vários).Ed. Paulinas.1992

FASE - SP - " O Que é Autogestão". Cartilha Popular. FASE/SP.1994

FASE-SP - " Fundo Nacional de Moradia Popular: A participação popular na construção de uma política habitacional". FASE-SP.1993

PÓLIS - "Moradia e Cidadania: um debate em movimento".in: Revista Pólis.n.20/1994

PÓLIS - " Mutirão e Autogestão em São Paulo: uma experiência de construção de casas populares" Revista Pólis n.4.1991

HABI- Superint. de Habit. Popular/ SEHAB- Secret. de Habitação / PMSP-" Documentos de diretrizes e normas do programa - FUNACOM- Funaps Comunitário"1989/90

HABI- Superint. de Habit. Popular/ SEHAB- Secret. de Habitação / PMSP-" A Política que a Prefeitura de São Paulo está praticando". Suplemento especial da Revista Projeto.nov.1990

HABI- Superint. de Habit. Popular/ SEHAB- Secret. de Habitação / PMSP-" Da Utopia à Construção: A Participação Popular na Política Habitacional em São Paulo" . Suplemento especial da Revista Projeto. 1992.

FINEP-GAP- "Habitação Popular: Inventário da ação governamental".Edit. Projeto. 1983

Jornal da União dos Movimentos de Moradia (anos de 90, 91 e 92)

"Bases de uma Política Habitacional: Autogestão e Participação Popular"- União dos Mov. de Moradia.1994 (mimeo)